



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DA FAZENDA PÚBLICA**  
 RUA D. ALEXANDRINA, 215, São Carlos - SP - CEP 13560-290

### SENTENÇA

Processo nº: **0015514-27.2012.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Procedimento Ordinário - Obrigação de Fazer / Não Fazer**  
 Requerente: **Dalva Maria Fernandes Pinto**  
 Requerido: **Município de São Carlos**

### CONCLUSÃO

Em 08 de novembro de 2013, faço conclusos estes autos à MM. Juíza de Direito da Vara da Fazenda Pública desta Comarca, Dr<sup>a</sup>. **GABRIELA MÜLLER CARIOBA ATTANASIO**. Eu, Rosa Sueli Maniéri, Esc. Subsc.

### Vistos.

Trata-se de ação de obrigação de fazer proposta por **DALVA MARIA FERNANDES PINTO**, contra o **MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS**, sustentando ser portadora de Osteoartrite no joelho direito, em razão do que necessita fazer uso dos medicamentos Glucosamina 1500 e Condroitina 1200 (Condroflex), 1 (um) sachê ao dia, sendo certo que teve indeferido o seu pedido administrativo para aquisição dos fármacos, que não são padronizados, tendo o Secretário Municipal de Saúde solicitado reavaliação para adequação aos medicamentos padronizados pelo Município. Alega, ainda, que os medicamentos buscados foram a ela prescritos por médico Ortopedista e Traumatologista, vinculado à rede pública de saúde, o qual justificou a prescrição, informando que os medicamentos disponibilizados pelo Município não foram eficazes, provocando nela, inclusive, efeitos colaterais. Alega que é idosa e que não possui recursos financeiros para arcar com as despesas do tratamento, requerendo a antecipação da tutela, para determinar ao ente público municipal o fornecimento da medicação da medicação prescrita.

O Ministério Público apresentou parecer favorável à concessão da liminar a fls. 21vº.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
COMARCA DE SÃO CARLOS  
FORO DE SÃO CARLOS  
VARA DA FAZENDA PÚBLICA  
RUA D. ALEXANDRINA, 215, São Carlos - SP - CEP 13560-290

A liminar foi concedida a fls. 22vº/23.

O Município de São Carlos apresentou contestação a fls. 29/58, alegando, preliminarmente, carência da ação por ilegitimidade de parte e falta de interesse processual, pugnando, ainda, pelo chamamento do Estado de São Paulo ao processo. No mérito, alegou que a saúde não está prevista como um direito individual da pessoa, mas sim um direito social, de efetivação programática e requereu a extinção do processo sem resolução do mérito, ou, alternativamente, a improcedência do pedido.

Réplica a fls. 132/143.

Em fase de instrução probatória requereu a autora a intimação do médico que a assiste para que esclarecesse a razão pela eleição dos medicamentos prescritos (fls. 145), com o que concordou o Ministério Público (fls. 192), alegando o Município requerido não pretender a produção de novas provas (fls. 147/160).

Esclarecimento médico a fls. 198/199, ao que entendeu a autora ser desnecessária a produção de outras provas (fls.204), quedando-se silente a Municipalidade.

O Ministério Público apresentou parecer favorável à procedência do pedido. (fls. 206/209).

### **É O RELATÓRIO.**

#### **PASSO A FUNDAMENTAR E DECIDIR.**

Afasto, inicialmente, a preliminar de falta de interesse de agir, pois Constituição Federal, em seu artigo 5º, XXXV da CF, consagra o princípio da inafastabilidade do Judiciário em caso de lesão ou ameaça de lesão aos direitos dos cidadãos, sendo desnecessária a existência de procedimento administrativo para requisição de medicamentos, até mesmo porque, caso a autora tivesse logrado êxito em obter a medicação pleiteada, por óbvio, não teria ingressado com a presente demanda, custosa e demorada.

Por outro lado, também não é o caso de se reconhecer a ilegitimidade passiva do Município, pois a saúde configura direito líquido e certo de todos, e o Estado, em todas as suas esferas de governo e solidariamente, tem o dever de assegurá-la, sob pena de tornar letra morta os artigos 6º e 196, ambos da Constituição Federal.

Assim, cabe ao município demandar os demais entes federados,



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
COMARCA DE SÃO CARLOS  
FORO DE SÃO CARLOS  
VARA DA FAZENDA PÚBLICA  
RUA D. ALEXANDRINA, 215, São Carlos - SP - CEP 13560-290

regressivamente e não impor este ônus ao autor, que é hipossuficiente.

Incabível, ainda, o chamamento ao processo, pois não se trata de obrigação de pagar quantia certa, mas sim de obrigação de fazer.

No mais, o pedido merece acolhimento.

Cabe aos Estados e Município terem em seu orçamento verbas destinadas ao gasto com medicamentos para a população, cujos preços extrapolam as possibilidades econômicas dos desprovidos de rendimentos suficientes, como é o caso do autor, pelo que se observa do relatório social de fls. 219/220.

A questão relativa à responsabilidade solidária e ao repasse de verbas deve ser resolvida no âmbito administrativo entre o Município, o Estado e a União, que integram o Sistema Único de Saúde. A cooperação financeira entre essas entidades e a falta de recursos não podem servir de escusa para o não fornecimento de medicamentos, sob pena de acarretar à população grave dano à sua saúde.

Até porque a presente questão não está ligada à viabilidade econômica do Poder Público em atender os necessitados, mas sim à necessidade de resguardar um direito do cidadão.

O direito à saúde, além de ser um direito fundamental que assiste a todas as pessoas, representa consequência constitucional indissociável do direito à vida e da dignidade da pessoa humana. O Poder Público, qualquer que seja a esfera institucional de sua atuação no plano da organização federativa brasileira, não pode mostrar-se indiferente ao problema da saúde da população, sob pena de incidir em grave comportamento inconstitucional.

Com efeito, incide sobre o Poder Público a obrigação de tornar efetivas as prestações de saúde, incumbindo-lhe promover medidas preventivas e de recuperação que, fundadas em políticas públicas idôneas, tenham por finalidade viabilizar a norma constitucional.

Não basta, portanto, que o Estado meramente proclame o reconhecimento formal de um direito. Torna-se essencial que, para além da simples declaração constitucional desse direito, seja ele integralmente respeitado e plenamente garantido, especialmente naqueles casos em que o direito – como o direito à saúde – se qualifica como prerrogativa jurídica de que decorre o poder do cidadão de exigir, do Estado, a



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
COMARCA DE SÃO CARLOS  
FORO DE SÃO CARLOS  
VARA DA FAZENDA PÚBLICA  
RUA D. ALEXANDRINA, 215, São Carlos - SP - CEP 13560-290

implementação de prestações positivas impostas pelo próprio ordenamento constitucional.

Além disso, a autora demonstrou que é hipossuficiente, tanto que é assistida pela Defensoria Pública, sendo que foi o próprio médico da Prefeitura quem lhe prescreveu a medicação (fls. 17) e relatou (fls. 16) que ela fez uso de outros medicamentos sem sucesso, tendo, inclusive, ocorrido efeitos colaterais importantes.

Ante o exposto, julgo extinto o processo, com resolução do mérito, com fundamento no artigo 269, I, do Código de Processo Civil e PROCEDENTE o pedido, ficando mantida a tutela antecipada.

Diante da sucumbência, condeno o requerido ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios que fixo, por equidade, em 100,00 (sem reais), em vista da pequena complexidade da causa e repetitividade da matéria.

**P. R. I.**

São Carlos, 11 de novembro de 2013.

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Gabriela Müller Carioba Attanasio**